GRUPO PARLAMENTAR
Partido Socialista
AÇORES

Intervenção de tribuna

Cultura

Plano e Orçamento 2011

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhoras e Senhores Membros do Governo,

O sector cultural representa um papel capital, dadas as suas numerosas implicações sociais, económicas e políticas, como instrumento ao serviço da cidadania e da civilização.

A Constituição Portuguesa estabelece, no seu Art.º 73, os direitos que nos assistem e os deveres do Estado, ao consagrar a "democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e à criação cultural".

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhoras e Senhores Membros do Governo,

O Plano e Orçamento para 2011 reforça o empenho da Região na defesa do Património e das Actividades Culturais.

O investimento assenta nos múltiplos projectos em curso, sem descurar o apoio à actividade regular dos agentes culturais regionais nas diferentes áreas de acção, sejam de vertente tradicional ou contemporânea.

Exemplo disso é o apoio atribuído às Bandas Filarmónicas, que constituiu, em 2010, cerca de 34% do valor dispendido pela Direcção Regional da Cultura à acção 4.1.8. do

Plano, relativo às Actividades de Relevante Interesse Cultural. Este valor é demonstrativo da importância da actividade desenvolvida por estas colectividades junto do tecido social da Região.

O valor não será suficiente, dirão. Não é certamente, nem nunca o será, pois a insatisfação criativa é, em qualquer actividade, uma constante. Não obstante, a acção programada reflecte a estratégia delineada para esta legislatura: a de dotar o arquipélago de equipamentos modernos e com capacidade para acolher diferentes tipos de espectáculos e eventos. Esta acção deriva, essencialmente, da capitalização directa dos fundos comunitários disponíveis para o efeito, e que, neste caso, estão abrangidos pelo Programa Pro-Convergência, que consagra um máximo de 85% de comparticipação comunitária ao investimento previsto.

Para o próximo ano, estão afectos quase 23 milhões de euros no Plano para a Cultura. Apesar dos constrangimentos, que todos conhecemos, há um ligeiro aumento do investimento em 2011, em comparação com o ano anterior, de cerca de 1.1%. Este valor não é muito significativo, é certo, mas é revelador da importância estratégica que o sector representa para o Governo. Esta posição sai ainda mais reforçada, tendo em linha de conta os tempos de austeridade com que, actualmente, somos confrontados. E não deixa de ser simbólico o investimento a concretizar, que, para além do aspecto formativo, é, sobretudo, reprodutivo, quer pela criação de empregos qualificados, quer pela acção complementar na área da animação turística e, consequentemente, na dinamização da economia local.

No âmbito do programa 4.2 - Defesa e Valorização do Património Arquitectónico e Cultural, destacamos para 2011: a conclusão da nova **Biblioteca Pública de Angra do Heroísmo**; o arranque, no decorrer do 1º trimestre, da obra do **Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas**, situado na cidade da Ribeira Grande, ilha de São Miguel; a conclusão do **Espaço Cultural Multiusos do Corvo**, a **Temporada Musical**, e a

prossecução das **Comemorações do Centenário da República**, que culminarão com a inauguração da **Casa Manuel de Arriaga**, na cidade da Horta.

A outro nível, salientamos a Exposição de Arte Contemporânea na Galeria do Rei D. Luís I, no Palácio da Ajuda, em Lisboa, a decorrer entre Outubro de 2011 e Janeiro de 2012, e o início do 'acolhimento recíproco' entre a Fundação Medeiros e Almeida e a Direcção Regional da Cultura, dando seguimento ao protocolo assinado, em Abril de 2010, entre ambas as entidades.

De igual modo, realça-se, ainda em 2010, a conclusão das obras do **Museu da Graciosa**, a inaugurar até final do ano, e a conclusão da intervenção de conservação da cobertura do **Convento de São Boaventura - Museu das Flores**. Após esta intervenção, e para 2011, está prevista a execução material do projecto museográfico deste Museu.

A acção 4.1 - Dinamização de Actividades Culturais mantém-se em 2011, dando continuidade a uma aposta efectiva do Governo dos Açores para esta legislatura: o incentivo à formação, à criatividade, à fruição, à itinerância, através da partilha de propostas conjuntas e com o intuito de fomentar uma programação de âmbito regional, bem como, a continuada promoção 'fora de portas' dos criadores da Região, consubstanciando as palavras do Presidente do Governo quando afirma que «(…) *compete contribuir para a ocorrência de condições para que os nossos criadores possam concretizar as suas propostas estéticas*», obviando, deste modo, os constrangimentos geográficos que nos rodeiam. E acentuando o facto da "criação cultural e artística ser universal", pelo que a distância e o isolamento podem, no caso dos Açores, ser superados.

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Numa resolução aprovada pelo Conselho Europeu, em Novembro de 2007 (2007/C 287/01), a Cultura teve, finalmente, direito a Agenda.

Os objectivos da Agenda Europeia para a Cultura articulam-se em torno de três prioridades**:**

- Diversidade cultural e diálogo intercultural;

- A mobilidade dos artistas e profissionais do campo da cultura e a circulação de todas as formas de expressão artística;

- O reforço das competências interculturais.

O que se espera desta súbita 'paixão' é que a mesma não se fixe no campo das intenções ou sirva para ornamentar o discurso politicamente correcto com que Bruxelas, muitas das vezes, nos brinda.

As análises feitas à Cultura e à indústria que a suporta enfermam, frequentemente, de algumas leituras superficiais que devem ser esclarecidas. Apesar da tendência crescente em tornar o produto cultural num bem rentável, há que salvaguardar que, na essência do gesto artístico estão pressupostos que o tornam, não todo, mas quase, num produto não ´reprodutível´ e não 'massificável', cujo custo de investimento não pode ser rentabilizado por uma qualquer 'cadeia de valor' (in José Luis Ferreira, p. 115, "*Quatro Ensaios à Boca de Cena*", Cotovia, 2009).

Importa distinguir aquilo que é a actividade das chamadas indústrias criativas e aquilo que é a actividade artística, propriamente dita.

Há inúmeras actividades onde não é possível adaptar uma economia de escala. Esta condição passa a ter uma relevância, ainda maior, quando nos centramos em países e

em regiões, como os nossos, com uma dimensão reduzida e com um número reduzido de utilizadores da *coisa* cultural.

O objectivo que alicerça o investimento cultural deve ter em conta, necessariamente, a 'obtenção de riqueza através de um bem-estar civilizacional'.

A Cultura deve ser encarada como um investimento social e como um instrumento de desenvolvimento, na medida em que "nem tudo o que conta é mensurável, nem tudo o que é mensurável conta", nas palavras, mais que insuspeitas, de Albert Einstein.

Senhor Presidente da Assembleia,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

O Governo dos Açores prossegue a missão de dotar todas as ilhas com infra-estruturas capazes de realizar e acolher espectáculos e eventos de índole diversa.

Nem todas têm as mesmas valências, pois há que acautelar as diferenças que existem em cada realidade de ilha. Fazê-lo, para além de utópico, seria querer replicar o mesmo por todos, o que na sua essência é justificável, mas impraticável. Não é, nem pode ser assim. Ninguém pode ser prejudicado pelo local onde fixou residência, mas não devemos cair na tentação de sustentar populismos e visões irrealistas. Mais do que edificar será conveniente, no acto da sua concepção, prever a gestão futura, quer em termos de recursos financeiros, quer humanos, não excluindo, como é óbvio, a sua componente programática.

A rentabilização far-se-á, se forem criadas condições para que ela se concretize.

Os objectivos elencados para esta legislatura têm vindo a ser escrupulosamente cumpridos, alguns redefinidos, outros estão à mercê das contingências que advêm da tramitação legal em vigor.

Não obstante quaisquer obstáculos que possam surgir no decurso da concretização de um determinado projecto, mantém-se inalterado o carácter prioritário que este Governo atribui ao sector Cultural.

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Assistimos diariamente à profusão noticiosa em torno da crise financeira nacional e internacional que obrigou a drásticas reduções orçamentais no país e na Europa.

Apesar das dificuldades emergentes «(…) *tal não significa que a oportunidade, a pertinência e a legitimação da intervenção do Estado nas artes e cultura seja posta em causa. Antes pelo contrário, cada vez mais se comprova que gastos em cultura não são gastos - são investimento, é criação de emprego, é qualificação dos cidadãos, é desenvolvimento, no melhor sentido que a palavra contém»*.

Palavras de estímulo e confiança proferidas pela actual Ministra da Cultura, num colóquio decorrido em Setembro passado, e que aqui se aplicam *ipsis verbis* à acção do Governo Regional do Partido Socialista na Região Autónoma dos Açores.

O Plano e Orçamento para 2011, em particular, no Programa que à Cultura diz respeito, é um plano de confiança, demonstra ambição e revela o imenso trabalho em curso, de quem acredita no crescimento e na importância que a Cultura desempenha no desenvolvimento futuro dos Açores.

Disse.

GRUPO PARLAMENTAR
Partido Socialista
AÇORES

Horta, sala das sessões, 23 de Novembro de 2010

O Deputado Regional,

Alexandre Pascoal